

Comissão da Verdade em Minas Gerais
27/outubro/2014

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DE MINAS GERAIS

MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS VOLUME II DO RELATÓRIO

ELOY FERREIRA DA SILVA



Fonte: AMADO, Jô. *Eloy: morre uma voz, nasce um grito*.
Belo Horizonte, Segrac-Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária, 1985. p.38.

• DADOS PESSOAIS

Filiação: Arlindo Ferreira da Silva e Maria Gomes Ferreira.

Data e local de nascimento: 01/12/1930, Goiás.

Atuação profissional: Pequeno Agricultor

Organização: Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Comunidades Eclesiais de Base

Data e local da morte ou do desaparecimento forçado: 16/12/1984. São Francisco – MG.

• BIOGRAFIA

Eloy Ferreira da Silva era casado com Luzia e pai de 10 filhos. Era natural de Goiás, de onde saiu com oito anos de idade (1938), vindo para o norte mineiro. Filho de lavradores, ele e seus parentes trabalhavam como agregados até se tornarem posseiros em áreas devolutas na região da Serra das Araras Fazenda Menino, onde viviam aproximadamente 220 famílias de posseiros.

Eloy ficou conhecido como herói dos posseiros em razão de sua incansável luta em defesa dos posseiros e pequenos proprietários contra a invasão de grandes grileiros e latifundiários. Nos anos 1970, Eloy fez parte de um grupo de lideranças rurais formado pela atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) da Igreja Católica e pela Comissão Pastoral da Terra, com forte atuação nas regiões Norte e Noroeste de Minas. Esse grupo almejava a organização de sindicatos e o fortalecimento das lutas coletivas dos camponeses, para fazer frente ao processo de

expropriação, de repressão e de violência cometidos por latifundiários, empresários, grileiros e agentes do Estado, contra os camponeses.

Em 1978, se tornou delegado sindical na Serra das Araras. Em 28 de outubro do mesmo ano, seu sobrinho Praxedes Ferreira da Silva, de 21 anos, foi assassinado, após intensas ameaças de grileiros e violências contra ele e sua família. Em 1981, Elóy foi eleito Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco e passou a atuar, tanto na defesa dos trabalhadores rurais do seu município, como no apoio a outras lutas na vasta região Norte e Noroeste do Estado.

Segundo CARNEIRO e CIOCCARI, em 1981, Eloy “já denunciara publicamente a perseguição que ele e seu companheiro sindical Marcelino Pereira da Silva eram submetidos pelo Juiz local”. Na mesma ocasião, denunciou que o Juiz havia obrigado onze pequenos proprietários a assinarem (com as digitais), a desistência de parte de suas terras, beneficiando um grande grileiro da região. (CARNEIRO e CIOCCARI, 2011, p. 219).

No dia 21 de abril de 1984, Eloy foi condecorado com a Medalha da Inconfidência, entregue pelas mãos do governador Tancredo Neves, tendo sido o primeiro trabalhador rural a receber a comenda. “Uma homenagem à sua luta e à firmeza com que sempre defendeu os direitos do trabalhador oprimido” (AMADO, 1985, p. 63). Na ocasião, Eloy afirmou ao jornalista que o entrevistara: “A política mudou e está ficando melhor para o nosso lado. Está na hora da reforma agrária sair do papel porque a terra é um Dom de Deus para todos, e não pode ficar concentrada na mão de quem não produz.” (AMADO, 2005, p. 64).

De acordo com Amado, (1985), “desde o início da década de 1970 a região Norte de Minas, banhada pelo Rio São Francisco, especialmente os municípios de São Francisco e Janaúba”, passou a ser objeto de disputa por grandes empreendimentos agrícolas, tais como empresas reflorestadoras e a concessão de terras públicas para colonos gaúchos. O Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DENOCS) e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba (CODEFASF) foram os órgãos governamentais responsáveis por promover essas mudanças nessa região, resultando na invasão, expropriação e expulsão dos antigos posseiros da região. (AMADO, 1985, p. 37-44).

De acordo com CARNEIRO e CIOCCARI (2011), a antiga Vila dos Gaúchos, onde outrora era a Serra das Araras, é hoje uma pequena cidade de cerca de quatro mil habitantes, rodeada por grandes monoculturas de soja e capim. “A antiga Vila dos Gaúchos é hoje uma pequena cidade de cerca de quatro mil habitantes, rodeada por grandes monoculturas de soja e capim. “A paisagem do “cerradão” foi substituída e, onde existe ainda, é frequentemente interrompida por carvoarias ilegais e pelo incipiente investimento em eucalipto, o “reflorestamento”. Desde a época de Eloy Ferreira da Silva, empreendedores latifundiários vêm enriquecendo e crescendo suas propriedades espalhadas pelas terras devolutas do Sertão”. (CARNEIRO e CIOCCARI, 2011, p. 220).

Essa mesma região foi emancipada e transformada no município de Chapada Gaúcha (MG), fato ocorrido em 1994. Após a morte do sindicalista, uma rua de Chapada Gaúcha ganhou seu nome. Em Urucuia (MG), uma escola leva o nome do líder como homenagem; assim como o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), em CONTAGEM (MG). (CARNEIRO e CIOCCARI, 2011, p. 218-219).

• CONSIDERAÇÕES SOBRE A MORTE, ANTERIORMENTE À INSTITUIÇÃO DA CNV

O caso de Eloy Ferreira da Silva consta nos livros *Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição*, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (p. 72, 132 e 179) e *Retrato da Repressão Política no*

Campo – Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos (p. 218-221), das autoras Ana Carneiro e Marta Cioccarri, sendo reconhecido como morto em ambos. Seu nome consta ainda nos livros Rua Viva: o desenho da Utopia. (DUARTE, 2004, p. 210-214) e AMADO, Jô. Eloy: morre uma voz, nasce um grito. Belo Horizonte: Segrac-Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária, 1985. (Coleção terra nossa 1. 68 p.). Consta que a família não entrou com pedido de anistia.

• CIRCUNSTÂNCIAS DA MORTE

Dois dias antes de ser assassinado, em 14/12/1984, Eloy havia denunciado à Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social de Minas Gerais, por meio de uma carta, uma série de ameaças que vinha recebendo por parte de Paulo Leonardo Pereira, que arrancava também as cercas de sua propriedade. Naquele final de semana, Eloy havia programado uma viagem a Belo Horizonte para denunciar pessoalmente, junto aos órgãos competentes as ameaças de morte que ele vinha sofrendo por diversas vezes. (AMADO, 1985, p. 18).

Porém, foi assassinado no distrito de Serra das Araras, às 9 horas do dia 16 de dezembro de 1984, com quatro tiros: no peito, na garganta, no abdômem, e na parte anterior ao braço, sugerindo que fora disparado pelas costas¹. O executor do assassinato, Paulo Leonardo Pereira, tinha um cúmplice, José Mendes Amorim, também acusado da morte do sobrinho do Eloy, Praxedes Ferreira da Silva, em 1978.

Minutos após o sepultamento de Eloy, o delegado encarregado do caso, Márcio Lima Carence, indiciava como executores do sindicalista os grileiros Paulo Leonardo Pereira e José Mendes Amorim (DUARTE, 2004) como responsáveis pelo crime. Após dez dias do ocorrido, os acusados se apresentaram às autoridades, na Delegacia de Homicídios de Belo Horizonte, a 750 km do local do crime. (AMADO, 1985, p. 20).

Por meio do inquérito policial e de seu advogado, foi montada a tese de *legítima defesa*, que foi acolhida pela Promotoria Pública e pelo Poder Judiciário. O executor do crime foi condenado a sete anos de prisão, porém recorreu da decisão e não foi preso. Quanto ao cúmplice José Mendes de Amorim e o suposto mandante, estes, nem foram indiciados. (DUARTE, 2004, p. 211-212). Segundo Amado, o Paulo Leonardo não foi o único beneficiário da morte do sindicalista. “no dia 18 de dezembro enquanto o corpo de Eloy descia à sepultura, latifundiários e comerciantes ricos de São Francisco soltavam rojões, devoravam suculentos churrascos e se embriagavam alegremente. Estavam comemorando, aliviados, o desaparecimento daquele que, com tanta firmeza, liderara a resistência dos trabalhadores do campo contra o latifúndio”. (AMADO, 1985, p.17).

Após seu assassinato, a CONTAG recebeu um telegrama denunciando que o crime havia sido cometido em virtude da atuação do líder sindical em defesa das famílias de agricultores pressionadas por grileiros (CARNEIRO e CIOCCARI, p. 207).

A alta concentração de terras nas mãos de latifundiários e empresários, agravada pela expansão agrícola, sob a égide da modernização da agricultura, comandada pelo governo militar, promoveu a substituição da produção de lavoura, desenvolvida por posseiros, arrendatários e pequenos proprietários, por grandes produtores de gado, pela agricultura capitalista e por empresas reflorestadoras.

Isso se deu com a benevolência do Estado Brasileiro que promoveu de um lado, o repasse de terras devolutas a empresas, latifundiários e colonos de fora, e de outro, a expulsão e a expropriação de antigos posseiros que viviam nessas terras. A prática da grilagem e da violência foi largamente utilizada, sem que nenhuma proteção fosse dispensada aos camponeses. As condições de vida eram precárias e os

¹ Informação disponível no livro AMADO, Jô. Eloy: morre uma voz, nasce um grito. Belo Horizonte: Segrac-Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária, 1985. (Coleção terra nossa 1).

camponeses ainda careciam de organização social e política que pudesse representar os seus anseios e interesses.

Neste contexto, ocorre a atuação de Eloy, que, após assumir a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco, em 1981, se envolveu intensamente na liderança de conflitos pela posse da terra que se aguçavam na região, no período final do regime militar. Durante os três anos que antecederam a sua morte, ele denunciava todo tipo de violência dos grileiros e latifundiários que avançavam sobre a posse dos trabalhadores rurais e também denunciou “a perseguição a que ele e seu companheiro sindical Marcelino Pereira da Silva e onze pequenos proprietários, eram submetidos pelo Juiz local”. (CARNEIRO e CIOCCARI, p. 219).

O seu trabalho levou à solução do conflito da Fazenda Vereda Grande, onde moravam 36 famílias de pequenos posseiros, contra a invasão de um grande fazendeiro, conhecido como Antônio Luciano. A referida Fazenda foi a primeira área destinada à reforma agrária, em Minas Gerais, a ser desapropriada por dispositivo do Estatuto da Terra que previa a desapropriação de terra por interesse social, onde fosse provado um conflito de interesse social. O seu exemplo de dedicação e de luta se espalhou por toda a região lhe rendendo o título de herói dos posseiros.

• IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL DA MORTE

Assassinado próximo à cerca de sua posse no distrito de Serra das Araras, município de São Francisco – MG.

• IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de Comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte ou desaparecimento forçado

Paulo Leonardo Pereira: Grileiro e executor do assassinato

José Mendes Amorim: Grileiro e cúmplice do assassinato

2. Autorias de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Grave violação de direitos humanos	Conduta praticada pelo agente (descrita pela fonte)	Local da grave violação	Fonte documental/testemunhal sobre a autoria (CAMPO OBRIGATÓRIO)
Paulo Leonardo Pereira	Privado	Grileiro	Assassinato com execução sumária	Execução do assassinato	São Francisco (MG)	DUARTE, 2004, p. 211-213 e AMADO, Jô. 1985
José Mendes Amorim	Privado	Grileiro	Assassinato com execução sumária	Cúmplice de assassinato com execução sumária	São Francisco (MG)	DUARTE, 2004, p. 211-213 e AMADO, Jô. 1985

• FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO:

ALTO-COMANDO DO EXÉRCITO (ACE). Problemas Fundiários – Reforma Agrária. Arquivo Nacional: ABH_ACE_11338_85. Brasil, 31 de outubro de 1985.

AMADO, Jô. Eloy: morre uma voz, nasce um grito. Belo Horizonte: Segrac-Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária, 1985. (Coleção terra nossa 1. 69 p.).

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Projeto Direito à Memória e à Verdade. Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição. Brasília, 2007.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2011.

CARNEIRO, Ana. As duas faces ou mais mortes de Eloy Ferreira da Silva: narrativas de um crime político. Ruris. v. 5, nº 1. 2011. Disponível em: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/download/961/696. Consultado em 24/10/2014.

CHAVES, Luiz Antônio. Saluzinho e a luta pela terra no Norte de Minas. Revista Verde Grande. p. 98-106.

DUARTE, Betinho. Rua Viva: o desenho da Utopia. 2ª edição. Belo Horizonte. Rona, 2004.

1. Documentos que elucidam as circunstâncias da morte ou desaparecimento forçado

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Relatório do SNI, in: Arquivo Nacional ABH_ACE_11338_85. p. 14	Problemas Fundiários – Reforma Agrária ABH_ACE_11338_85. p. 14	ALTO-COMANDO DO EXÉRCITO	Registra passeata de 350 pessoas no dia 14/09/1985 nas principais ruas de São Francisco-MG, promovido pelo STR da mesma cidade. Manifestantes levavam cartazes com os dizeres: “Migração não”, “Eloy vive e continua lutando pela Reforma Agrária”, entre outras.

• CONCLUSÕES

Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, pôde-se concluir que a vítima foi assassinada por agentes privados, com a conivência e/ou omissão das autoridades públicas, uma vez que a vítima vinha denunciando as violências sofridas pelos posseiros e pequenos proprietários por parte dos grileiros e latifundiários, bem como denunciou reiteradamente as ameaças que ele e outros sindicalistas vinham sofrendo por parte de fazendeiros e do próprio Juiz de Direito da cidade. Além disso, os familiares da vítima não foram civilmente indenizados, violando seus direitos ao devido processo e acesso à justiça.

• RECOMENDAÇÕES

Torna-se indispensável ampliar o conhecimento e a compreensão sobre a participação de agentes estatais na repressão em conflitos rurais. Registre-se que, na maioria dos casos, os assassinatos foram executados por civis, a mando de agentes privados. Isso não exime o Estado de responsabilidade, pois, além das violações executadas diretamente por autoridades públicas, a omissão de investigação ou a baixa efetividade do judiciário e dos órgãos de segurança pública também demonstram a conivência do Estado brasileiro com as graves violações de direitos fundamentais praticadas por grandes proprietários de terras, grileiros e suas milícias. Em especial, devem ser apurados os casos de ligação e colaboração de agentes públicos com milícias privadas a soldo de grandes proprietários rurais.

Eloy Ferreira da Silva, foi, fora de dúvida, um dos nomes mais expressivos do movimento sindical rural no nosso país. Em 16 de dezembro de 1984, foi barbaramente assassinado no seu sítio, município de São Francisco, região Norte de Minas Gerais. "ELOIY — Morre uma voz, nasce um grito" não é apenas um relato biográfico da vida desse homem que se havia tornado herói e protetor dos milhares de possesitos pobres da sua região. Com este lançamento da SEGRAC, Luiz Chaves, Luiz Araújo e João Amado, os autores do livro, pretendem deixar expostas as razões que estão por trás de uma verdadeira guerra oculta que se trava nos cantos escondidos desses latifúndios sem fim.

Uma guerra que hoje, em Minas Gerais, se traduz pela existência de mais de 90 conflitos, envolvendo cerca de 10 mil famílias de trabalhadores rurais. Uma guerra que, só em 1985, significou o assassinato de 16 lavradores. "ELOIY" é também o primeiro livro de uma coleção que a SEGRAC está lançando: "TERRA NOSSA". Trata-se de um esforço no sentido de começar a levantar a ponta desse véu que esconde o massacre sistemático dos trabalhadores do campo.

**Morre uma voz,
nasce um grito.**

**COLEÇÃO
TERRA
NOSSA**

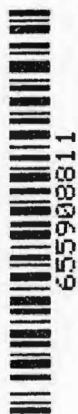
**1 TERRA
NOSSA**

ELOY

Morre uma voz,
nasce um grito.

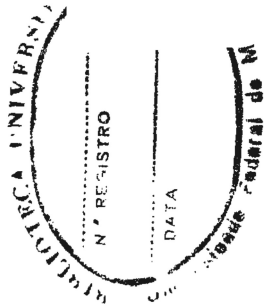


01/03



655908811

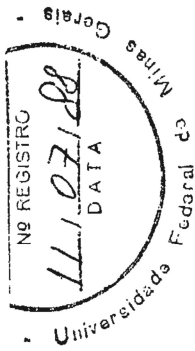
1985



WH-00003312-0

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA
UFMG

6559088-11



AMADO, J., ed.

Eloy — Morre a voz, nasce o grito, Belo Horizonte, Segrac — Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária, 1985

72 p.

1. Sindicalismo rural — Minas Gerais. 2. Conflitos de terra — Minas Gerais. 3. Capitalismo no campo — Minas Gerais. 4. Biografia — Eloy Ferreira da Silva.

CDD-331.88 (18ª ed.)



ÍNDICE

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
BIBLIOTECA

Sexta, 14.....	11
Sábado, 15.....	13
Domingo, 16.....	14
O Crime.....	16
Os Criminosos.....	28
A Justiça.....	32
A Grilagem.....	37
As Idéias.....	51
A Guerra Oculta.....	67

Este livro nasceu de uma conversa minha com Luiz Chaves. Luiz é agente pastoral da CPT no Norte mineiro e tinha, com Eloy, fortes laços de amizade. Contou-me, emocionado, que fora ao sítio de Eloy logo após seu assassinato, e viu que a Bíblia, surrada e gasta, estava marcada no versículo 1 a 18 do livro de João Eloy lera para a família, sentada em volta da mesa, um pequeno trecho da Bíblia que, de certa forma refletia uma previsão de sua morte.

Luiz Chaves tinha fitas, fotos de Eloy. Na Fetaemg encontramos mais fitas, cartas, fotos, e, sobretudo, o incentivo para levar adiante o projeto. Também na CPT, o padre Jerônimo e Durval Ângelo deram força, com sugestões e informações. Além destas duas entidades, cujo apoio foi significativo e fundamental para a própria existência do livro, não podemos deixar de registrar o importante incentivo que recebemos da companhia Nilcéa Moraleida Gomes, chefe da Divisão de Planejamento do Incria/MG e professora da UFMG.

Jô Amado, jornalista e editor da SEGRAC, Luiz Chaves e Luiz Araújo, também integrado ao projeto editorial da SEGRAC, são os autores do livro. Jô foi a São Francisco, onde ouviu a companhia, os filhos, os amigos de Eloy. Os três leram o que puderam – livros, jornais, boletins, panfletos e trabalhos de pesquisa –, num esforço para se documentarem fartamente sobre o processo de colonização, os conflitos de terra, as lutas camponesas no Norte mineiro.

Só neste ano, nada menos que 16 lavradores foram assassinados em Minas Gerais. Trava-se, no campo, uma guerra civil latente, não declarada, ocultada pela imprensa. No nosso país ainda vigora a tradição segundo a qual a questão social é um caso de polícia. Assim, os mortos do campo ocupam apenas o espaço de pequenas notícias na página de polícia.

A impunidade é total. Em São Francisco, o assassino de Eloy anda à solta pelos botequins, fazendo farol, ameaçador. Em Unai, a 6 de outubro, o posseiro Júlio Miranda foi brutalmente assassinado; o homem que o matou, no entanto, desfila arrogante, anunciando mais mortes, seguro de que nada sofrerá. Cidinha, presidente do sindicato e filha de seu Júlio, está “jurada”.

Dai, este livro. Morreu a voz, calma, firme, profética, de Eloy. E dessa morte nasceu o grito: Basta de violência no campo! Reforma agrária já!

Nilmário Miranda

COLEÇÃO
**TERÇA
NOSSA**



SEGRAC – Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária

Diretoria: Nilmário Miranda
Fernando Pimentel
Miguel Elosua Rojo

Organização: Jô Amado
Pesquisa e redação: Luiz A. Chaves, Luiz Araújo e Jô Amado

Programação visual: Alexandre Lima

Fotos
Jô Amado

Geraldo Ribeiro
Arquivo do *Estado de Minas*
Cedidas pela família de Eloy

Permitida a reprodução parcial, desde que citados fonte, autor e editora.

Este livro não vai contar a história da vida de Eloy Ferreira da Silva.

Os dados já são conhecidos: lavrador pobre, com mulher e 10 filhos, Eloy era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco, no Norte de Minas. Em seus poucos anos de luta sindical, Eloy ganhou uma dimensão e liderança indiscutíveis. Foi brutalmente assassinado em dezembro de 1984.

Neste livro, o que queremos é falar das idéias de Eloy; mostrar contra quem e contra o que Eloy lutava; mostrar a imensa força que Eloy trouxe às lutas dos trabalhadores rurais. Isso porque as idéias de Eloy continuam vivas, assim como cada vez mais vivo e mais forte está o movimento que ele ajudou a organizar.

“A gente parece que tinha morrido e que agora vive”, disse Eloy.

E tinha razão.

Jô Amado, editor



DEPARTAMENTO DE CIENCIA POLITICA
BIBLIOTECA

Sexta-feira, 14 de dezembro de 1984. O advogado Afrânio de Oliveira e Silva, assessor da Secretaria do Trabalho do Estado de Minas Gerais, recebe uma carta, em Belo Horizonte.

"Saudações sindicais.

Prezado companheiro,

Tenho esta para levar ao seu conhecimento que aqui hoje chegou um filho meu, José Alves da Silva (Dezinho) para denunciar conforme o criminoso José Mendes de Amorim, junto com o Paulo Leonardo Pereira, estão arrancando palanques da minha cerca e carregando para a posse do sr. José Ribeiro Ferreira

de Carvalho, todos armados e ameaçando os meus filhos, dizendo que vai matar um e não vai demorar, e dizendo para o povo que é como Antônio Dó: não importa de matar e nem de morrer. Então, os meninos estão revoltados porque já matou um de nossa família e está querendo matar mais. Isto é um absurdo. Então, no dia 09/12/84 só indo ficar em casa uns dias para conformar os meninos, que está correndo perigo porque desde que ele chegou é atentando, ameaçando posseiros.

Então, o dr., peço-lhe tomar uma providência em nossa defesa porque não sei mais o que é de fazer com este homem, ele está procurando todos meios de colocar a gente em dificuldade. O Alvino Mendes de Amorim dá muita força a ele, como ao Paulo. Peço comunicar com o patrão deles aí em Belo Horizonte, neste endereço: Rua Levindo Lopes 61, ap. 602, fone 223-6739, Bairro Funcionários, José Ribeiro Ferreira de Carvalho. Como é que este homem coloca estes elementos irresponsáveis como empregados. Precisa de ver o que estes elementos estão praticando na região.

Dr. Afrânio, o sr., como muito responsável, toma esta providência por mim e me escreve mandando uma solução de como devemos fazer com este gravíssimo problema. Dr., desculpe eu estar repetindo palavras, eu estou muito preocupado, além dos problemas dos outros.

Atenciosamente, subscrevo

Eloy Ferreira da Silva
S. Francisco 06/12/84"



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLITICA
BIBLIOTECA

Sábado, 15 de dezembro de 1984.

Como sempre fazia todas as noites, antes de deitar, Eloy leu um trecho da Bíblia para a família.

"Agora eu vou para o Pai e mandarei para vocês o Espírito Santo. Ele convencerá o mundo de que está errado a respeito do pecado, do que é certo e do que é justo... A mulher que está para dar à luz fica triste, mas depois que nasceu a criança já não se lembra do sofrimento. Assim será com vocês".

(Evangelho de São João, capítulo 16, versículos 1 a 18)

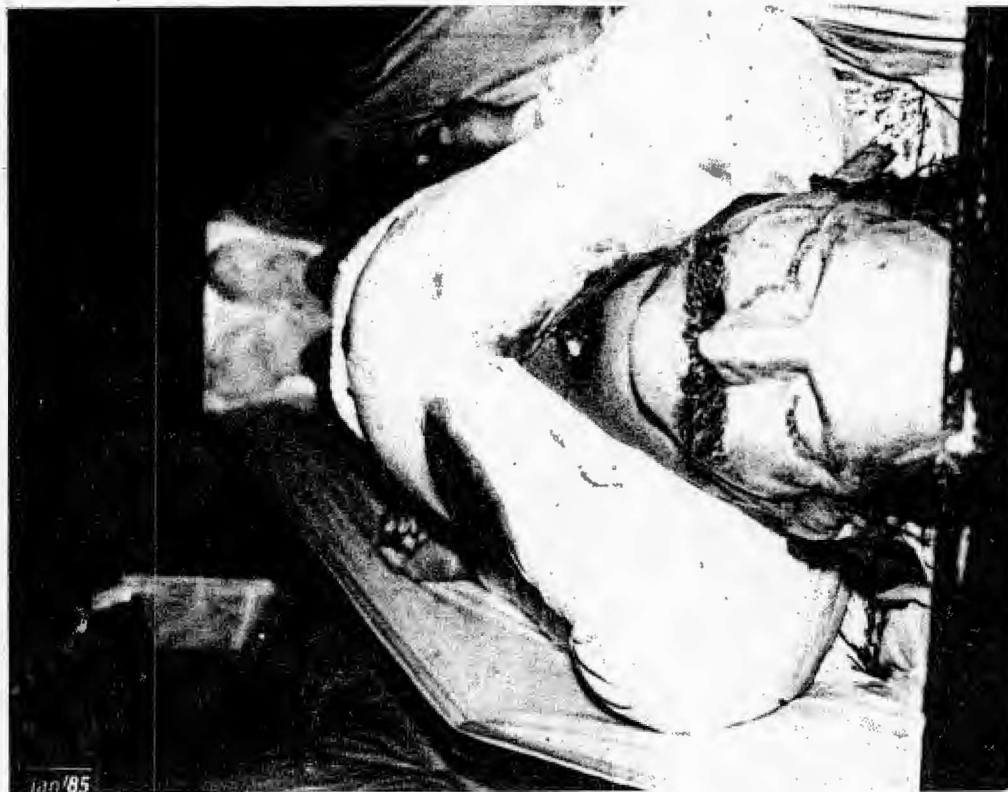
DOMINGO 16



Domingo, 16 de dezembro. Nove horas da manhã.

Eloy vem chegando, de burro, no local onde, na véspera, ele e seus filhos José (Dezinho) e Paulo haviam terminado de levantar a cerca que Alvino Mendes de Amorim e Paulo Leonardo tinham arrancado uma semana antes. Tinha falado em casa que ia apanhar pequi. Enquanto seu filho Dezinho foi cuidar de umas vacas, no pasto, Eloy aproveitou para ir ver se a cerca não tinha sido danificada.

Mal teve tempo de apeiar do burro em que vinha. Foram disparados seis tiros. Quase à queima-roupa. Quatro acertaram o alvo.



O CRIME



1

Não é fácil relatar as circunstâncias precisas da morte de Eloy.

Os testemunhos mais importantes de que dispomos são os do próprio assassino ou de pessoas ligadas a ele. E, a julgar pelas contradições encontradas em cada depoimento ou na confrontação de uns com outros, parece que ninguém está disposto a revelar a verdade. A própria hipótese de que o crime tenha ocorrido em consequência de um conflito entre o sindicalista e o grileiro Paulo Leonardo é discutível. Eloy não era um possessor anônimo que disputava, com seu vizinho rico, um pequeno pedaço de terra. Era um líder. Sua atuação decidida à frente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco tornara-o conhecido e respeitado em Minas Gerais. Tornara-o odiado também: sua morte era desejada por muitos.

Paulo Leonardo Pereira, por sua vez, não era um simples fazendeiro preocupado em abrir uma estrada que ligasse sua propriedade à cidade. Bancário aposentado, transformara-se, inexplicavelmente, em latifundiário numa das regiões mais valorizadas do estado. Violento, sempre armado e rodeado de capangas, ganhou fama pela brutalidade com que perseguia posseiros e arrendatários na região onde se instalou. Foi esta atividade — a grilagem — que provocou seus primeiros conflitos com Eloy e o Sindicato. Será absurdo supor que esse homem violento e ambicioso era — e ainda é — o “testa-de-ferro”, o preposto de interesses muito mais poderosos?

Ainda que faltem provas definitivas capazes de determinar seu verdadeiro papel na região, um fato é indiscutível: ele não foi o único beneficiário da morte do sindicalista. No dia 18 de dezembro de 1984, enquanto o corpo de Eloy descia à sepultura, latifundiários e comerciantes ricos de São Francisco soltavam rojões, devoravam suculentos churrascos e se embriagavam alegremente. Estavam comemorando, aliviados, o desaparecimento daquele que, com tanta firmeza, liderara a resistência dos trabalhadores do campo contra o latifúndio.

O assassino, em todo caso, insiste em que seu conflito com Eloy era “estritamente privado”, devido a um litígio em torno a uma estrada e uma cerca. E insiste também em que abateu sua vítima numa luta leal, frente a frente, em legítima defesa. Seu depoimento, no entanto, é contraditório e não coincide em tudo com os de sua mulher, Diva, ou os de seu empregado, José Mendes de Amorim, ambos testemunhas oculares do crime. O laudo da necropsia efetuada no corpo de Eloy desmente também a versão apresentada pelo fazendeiro. E o que relatam os parentes, os amigos e os companheiros do líder rural contraria, integralmente, as declarações de Paulo Leonardo e seu capanga.

Naquele fim-de-semana, ao que sabemos, Eloy pretendia viajar a Belo Horizonte. Ia denunciar as ameaças de morte que, há seis meses, vinha recebendo. Já explicara tudo numa carta ao advogado Afrânio de Oliveira e Silva, da Secretaria do Trabalho. Agora, queria confirmá-lo pessoalmente: o grileiro Paulo Leonardo e seus homens tinham arrancado, uma vez mais, os palanques de sua cerca. E voltavam a ameaçá-lo, e a seus filhos.

Fazia dois meses que Eloy e os rapazes vinham trabalhando naquela cerca. De sol a sol, cortavam a madeira abrindo a picada, preparavam os mourões, fincavam e, depois, esticavam o arame. Era um trabalho perfeito, artesanal, de dar inveja. Os mutirões organizados pelos companheiros do Sindicato e da região ajudaram a adiantar muito o serviço. Já haviam erguido quase três quilômetros de cerca.

Esse trabalho, no entanto, contava com a oposição violenta de Paulo Leonardo que, sistematicamente, vinha, com seus homens armados, cortar o arame, derrubar os postes e ameaçar. Decidira que a nova estrada, ligando sua fazenda à cidade, tinha que passar pela propriedade de Eloy, e não admitia que este a delimitasse com uma cerca. Apoiava suas pretensões num argumento respeitável: um revólver calibre 38 e vários jagunços.

A idéia de fazer passar a estrada pelas terras do vizinho atendia, certamente, ao objetivo de se apropriar de uma parte delas com o passar do tempo. Mas oferecia também uma boa oportunidade de provocar um conflito com o líder sindical, que tanto estorvava os latifundiários da região.

Eloy sabia que estava lidando com gente perigosa. Anos antes, havia perdido um sobrinho — o Praxedes — assassinado por José Mendes, o homem de confiança de Paulo Leonardo. Sabia, igualmente, que estava enfrentando gente poderosa. Mas não se intimidava por isto. Voltava a construir a cerca a cada vez que os bandidos a destruíam. E

passou a denunciar, publicamente, as violências que vinha sofrendo.

Na véspera da viagem, os jagunços voltaram a derrubar os mourões e a ameaçar a família. Os filhos do sindicalista estavam nervosos, revoltados, dispostos a reagir. E ele, depois de muito refletir, decidiu não ir a Belo Horizonte. Achou melhor ficar, conversar com os rapazes, acalmá-los e voltar a erguer os palanques. Queria resolver a questão sem violência. Tinha esperança no novo governo, acreditava que a vida dos trabalhadores ia melhorar. Por isso ficou.

No domingo pela manhã, foi com Dezinho, seu filho mais velho, levar umas cabeças de gado para o pasto. No caminho os dois se separaram. O moço seguiu com os animais; Eloy, montado num burro, tomou outra direção. Queria ir ver a cerca que, no dia anterior, haviam acabado de levantar. Era um lugar bonito, com matas fechadas em vários pontos, aguadas, muitos pássaros e bichos. Lugar bom para invernada. E foi avançando devagar, rente à cerca, examinando o trabalho. Levava na cinta um Taurus calibre 22. Quando chegou perto de uns pés de caqui, reparou que alguns mourões haviam sido derrubados de novo. Deve ter reparado também no sinistro “recado” que seus inimigos lhe haviam preparado: uma tosca imitação de sepultura, ornada com uma cruz de madeira. Foi nesse lugar, às nove horas da manhã do dia 16 de dezembro de 1984, que Eloy recebeu um violento golpe de facão e quatro tiros à queima-roupa. Um deles o atingiu na garganta, outro, no coração.

Dezinho, que estava cuidando dos animais, chegou a avistar a caminhonete vermelha afastando-se em alta velocidade. E reconheceu, dentro dela, Paulo Leonardo Pereira, sua mulher, Diva Pereira, e o capanga José Mendes de Amorim.

★ ☆ ★

A notícia do crime se espalhou, rapidamente, pela região e pelo estado. Muita gente acudiu à pequena São Francisco, a fim de homenagear o líder morto e expressar sua revolta. Os companheiros de Eloy, os sindicalistas da região, representantes da Fetaemg e da CPT, assim como políticos de diferentes partidos e membros do governo estadual se insurgiram contra mais esse ato de violência no campo. O próprio governador se comprometeu a apurar “com todo rigor” o assassinato.

O enterro de Eloy se transformou numa grande manifestação de trabalhadores. Agitando faixas e bandeiras, cantando hinos e gritando palavras de ordem, o povo se uniu aos familiares do líder rural para exigir justiça. “Justiça para que não haja vingança”.

Os criminosos haviam desaparecido. Acostumados à impunidade, preferiram esperar que se esvasse o clima de indignação para, então, se apresentarem à polícia.

Somente dez dias depois é que Paulo Leonardo e José Mendes se dispuseram a procurar as autoridades. Tiveram o cuidado de se apresentar na Delegacia de Homicídios de Belo Horizonte, a 740 quilômetros do local do crime.

Tranquilo, confiante, vestindo um elegante terno marrom e já sem a longa barba que o caracterizava, o grileiro declarou que matara Eloy em legítima defesa. Seu depoimento encerrava contradições e não explicava todos os fatos. Contou que, depois de adquirir as terras, na Serra das Araras, entrou em contato com Eloy. “Queria uma convivência amistosa com o Sindicato”, já que este e a Fetaemg “exercem uma grande autoridade junto aos trabalhadores”. Sua maneira de “conviver amistosamente” com os trabalhadores da região era, no entanto, curiosa. Consistia em expulsar arrendatários e posseiros mediante a violência dos jagunços e o auxílio da polícia. Isto levou Eloy a mobilizar o Sindicato, que



Sindicalistas prestam a última homenagem a Eloy



A família chora, comovida, durante a homenagem

tomou a defesa dos trabalhadores perseguidos. Desde então, passou a ser o alvo das provocações do grileiro. A pior delas fora, seis meses antes do crime, sua decisão de abrir uma estrada que passava pela propriedade de Eloy, cortando-a em duas partes. O líder sindical reagiu levantando uma cerca que impedia a passagem. E, a partir daí, os incidentes se multiplicaram.

No dia 16 de dezembro de 1984, Paulo Leonardo resolveu passar, uma vez mais, pela propriedade de Eloy. Seguindo suas declarações, encontrou nova cerca obstruindo o caminho e, junto dele, o sindicalista em pessoa. "Era a única saída de minha fazenda à cidade", lamentou-se. Estacionou a camionete a poucos metros do local, desceu e foi "conversar" com ele. "Não faça isso, Eloy, esta cerca não pode existir, principalmente onde está, bloqueando a estrada". Eloy teria respondido: "Olha aqui, cabeludo, quero ver se você é macho para cortar este arame". Humilhado, o fazendeiro retornou ao veículo para pegar um facão. Queria cortar a cerca e provar que era macho. Já havia começado a fazê-lo quando ouviu um tiro. Virou-se surpreendido, e viu Eloy com uma arma em punho. "Larguei o facão, meti a mão no revólver e disparei seis tiros. Senti que o primeiro tiro o acertou, mas ele continuou caminhando na minha direção, atirando a esmo, até cair, em cima da cerca que ele armou". Paulo acrescentou ainda que, antes de fugir, recolhera a arma da vítima e a levava consigo: "Não pensei duas vezes quando apanhei o seu Taurus. Eu sabia que, depois desse tiroteio entre nós dois, a sua família iria dizer que ele não andava armado e, sendo assim, eu me transformaria num assassino frio". Tratava-se, pois, de legítima defesa...

Essa versão foi quase toda confirmada por José Mendes de Amorim. Em dois importantes aspectos, no entanto, contrariou as declarações do patrão: a camionete não estava estacionada "a poucos metros" do local onde se encontrava Eloy, mas a vários

metros, a uma distância tão grande que nem Diva Pereira nem ele, que estavam dentro da cabina, puderam ouvir o diálogo entre os dois. Apenas "viram", de longe, o que se passava: Eloy, com uma faquinha de cabo verde na mão, limpava as unhas. Paulo Leonardo, que apanhara o facão, na camionete, avançava decidido a cortar o arame, quando o primeiro sacou o revólver e fez um disparo. O fazendeiro deixou cair o facão, enquanto Eloy tornava a disparar. Paulo também pegou sua arma e, "a partir daí, foi tiro só". (Apesar de estar a uma distância tão grande que não lhe permitia ouvir o que Eloy e seu patrão diziam, pode observar o detalhe da cor do cabo da faquinha do sindicalista).

José Mendes garantiu ainda que não saiu do carro durante o tiroteio e acrescentou que uma quarta testemunha — o posseiro Almerindo Ferreira dos Reis, que, pouco antes havia pegado uma carona — presenciara a cena (Este, contudo, ao depor em Unai, negou que estivesse na carroceria da camionete de Paulo Leonardo na ocasião do crime. Assegurou, ao contrário, que, naquele dia, nem sequer chegou a deixar sua fazenda, situada a poucos quilômetros da propriedade de Eloy).

O depoimento de Diva Pereira divergiu consideravelmente do de José Mendes. Segundo ela, do interior da camionete, não era possível ver o que estava acontecendo. Somente havia podido escutar o diálogo, as "ásperas palavras" trocadas entre os dois homens e, pouco depois, os tiros que, "infelizmente, foram muitos". A assustada senhora agarrou-se, então, ao empregado que, sentado a seu lado, tudo via mas nada escutava.

Diva negou, ademais, que Almerindo Ferreira dos Reis se encontrasse no veículo: ninguém havia pegado carona nenhuma.

Tão contraditórias versões levaram a polícia e os que acompanharam o inquérito a duvidar de sua veracidade. E, muito embora os três coincidissem em

que houvera um "duelo" entre Eloy e o fazendeiro, nenhum cartucho de calibre 22 foi encontrado no local do crime. Paulo Leonardo afirmou havê-los recolhido todos, para evitar o extravio.

O laudo da necropsia trouxe novas evidências de que a história estava mal contada. No corpo da vítima, haviam encontrado quatro perfurações por onde os projéteis entraram e outros três de saída. Os tiros haviam sido disparados à queima-roupa, de frente, a curta distância. E haviam atingido a garganta, o peito, o abdômen e o braço. Mais precisamente: a parte anterior do antebraço direito, sugerindo que o tiro fora disparado pelas costas.

O corpo apresentava ainda um profundo ferimento causado por instrumento perfuro-cortante (i. e., facão). Também este golpe, que chegou a fraturar o crânio do trabalhador, havia sido desfechado por detrás. Esta evidência foi a que mais enredou o assassino: "Não sei como esse ferimento aconteceu, mas juro que não fiz nada com ele. Já confessei os seis tiros que disparei para me defender e, agora, não posso dizer sobre esse ferimento na cabeça."

As pessoas que encontraram o corpo do líder sindical, logo após a sua morte, asseguraram que ele ainda tinha, na mão direita, a faquinha de cabo verde com que costumava cortar pequi, desmentindo o argumento de Paulo Leonardo, segundo o qual Eloy havia atirado antes de ser baleado. Como se sabe, a vítima só atirava com a mão direita.

Outras testemunhas revelaram que o assassino confundira a várias pessoas sua intenção de matar Eloy, e que também ameaçara de morte Aldemir Batista Magalhães, pequeno posseiro cujas terras fazem divisa com as do grileiro.

Quando, em janeiro de 1985, Paulo foi reconduzido ao lugar do crime para sua reconstituição, cometeu vários erros, contradizendo os depoimentos anteriores. Começou por estacionar a camionete bem perto do local onde atirou em Eloy, e ao descer do

veículo, deu a volta por trás, embora, na primeira versão, afirmasse ter passado pela frente. Garantiu, além disso, que não havia galhos diante do carro, mas a polícia havia encontrado os rastros dos pneus por trás de uns galhos de árvore. Tudo indica que Paulo Leonardo, uma vez mais, estava mentindo.

A polícia tinha provas convincentes de que o crime, cometido com requintes de crueldade, fora premeditado. A prisão preventiva do assassino foi decretada e, no dia 2 de janeiro, ele foi preso em Belo Horizonte e conduzido para Unai. O primeiro pedido de "habeas corpus" apresentado por seu advogado foi indeferido pelo Tribunal de Justiça, em fevereiro.

Meses depois, entretanto, Paulo Leonardo Pereira foi posto em liberdade. Espera, até hoje, a decisão final da Justiça. Espera-a difamando, caluniando sua vítima, negando, cinicamente, o papel que desempenhou, na luta dos trabalhadores rurais: "Nunca o considerei um líder rural. Na verdade, ele usava o cargo para benefício próprio. Se ele fosse um moço orientado saberia defender os posseiros. No entanto, tem posseiro, como o 'João Pato', que teve sua terra invadida pelo pessoal do Eloy. Normalmente, estes líderes usam do instrumento de classe para se promover, são vaidosos e têm poder para conduzir a opinião pública. E Eloy se encaixa neste perfil."

Hoje, um ano depois da tocaia que livrou os poderosos da Serra das Araras de uma das maiores expressões do sindicalismo rural, a opinião pública tem um importante papel a cumprir: reclamar justiça. Já não vivemos os obscuros tempos em que pensar, falar, ter uma opinião era um delito. Hoje, quando temos nas mãos a possibilidade de construir a democracia, crime é calar enquanto homens como Paulo Leonardo ou José Mendes continuam impunes, perseguindo e ameaçando os que só reclamam um pedaço de terra onde plantar sua existência. A paciência do povo não é inesgotável. As palavras de

Paulo Gomes Ferreira, filho do líder assassinado, continuam atuais como no dia em que, há um ano, as pronunciou:

"Nós também continuamos num perigo de vida do mesmo modo que meu pai, que acabou sendo assassinado. Eu não gostaria de fazer uma vingança com minhas próprias mãos. Sei que meus irmãos também não gostam disso. Meu pai, onde ele está, por certo sabe que nós podemos até vingar sua morte, mas ele não vai estar de acordo, nunca. Meu pai não concorda com vingança. Nunca gostou de vingança. Então, gostaria que a Justiça tomasse a devida providência para que nós não precisássemos de vingança, para não piorar a situação".



Paulo, filho de Eloy, fala à imprensa, durante o enterro



Paulo Leonardo



José Mendes Amorim

OS CRIMINOSOS



2

PAULO LEONARDO PEREIRA é um homem misterioso. Bancário, como ele mesmo diz, aposentou-se depois de 35 anos de trabalho. E, apesar da modesta profissão, foi capaz de adquirir uma fazenda de 1.600 hectares, tornando-se — da noite para o dia — grande latifundiário na Serra das Araras.

Esta região de cerrado, distante da capital e de difícil acesso, oferece poucas terras agricultáveis. Por isso mesmo, são antigos os conflitos entre posseiros e grandes proprietários. Os planos oficiais de “modernização” e reflorestamento valorizaram ainda mais as terras e, consequentemente, aumentaram as disputas. Gente milionária, como o poderosoíssimo Antônio Luciano, lança mão de todos os meios para se apoderar daquela área. Já tentou, inclusive, desviar o curso do rio Urucuia, a fim de expulsar dali os pequenos agricultores. Estes,

liderados por Eloy, opuseram resistência, e conseguiram impedir a entrada das máquinas. Outros latifundiários, como Norberto Muniz dos Santos, Joaquim Viana, Alvino Mendes (muito amigo de Paulo Leonardo) ou Sebastião Guedes, exercem, constantemente, violência contra arrendatários e posseiros.

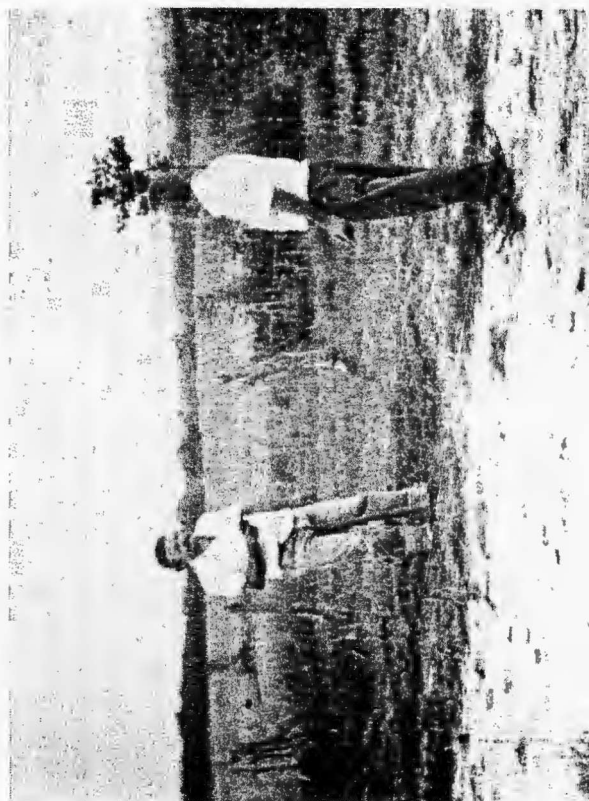
De que maneira o modesto bancário de Belo Horizonte conseguiu tornar-se grande fazendeiro numa região tão cara e difícil, é coisa que ninguém sabe. De onde tirou o dinheiro para adquirir as terras, é também um enigma. Pouco depois do crime, Paulo Leonardo explicou, com uma dose de sarcasmo, que tomou gosto pelo campo depois de ler Guimarães Rosa. Queria ser “companheiro do Diadorim”. Há, no entanto, quem acredite que, mais que amante da literatura, o ex-bancário é “testa-de-ferro” de algum latifundiário, dono — este sim — daquelas extensões. O próprio Eloy parecia saber que Paulo Leonardo apenas trabalhava para o fazendeiro José Ribeiro Ferreira de Carvalho. Pouco antes de sua morte, escrevia indignado a um amigo de Belo Horizonte:

“(...) o criminoso José Mendes de Amorim, junto com Paulo Leonardo Pereira, está arrancando palanque na minha cerca e carregando para a posse do Sr. José Ribeiro Ferreira de Carvalho (...) como que este homem coloca estes elementos irresponsáveis como empregado, precisa ver o que estes elementos estão praticando na região”.

Empregado ou patrão, o certo é que Paulo Leonardo se vem dedicando, desde 1978, à grilagem de terras na Serra das Araras. Aliado ao latifundiário Alvino Mendes, não faz senão perseguir e expulsar famílias há décadas fixadas ali. Destruir cercas, invadir posses, soltar o gado em cima das plantações dos lavradores, incendiar casas, ameaçar e assassinar são o seu triste ofício.

JOSÉ MENDES AMORIM é filho de Alvino Mendes, latifundiário conhecido pelas violências que pratica contra os trabalhadores rurais. A mando deste e do fazendeiro Joaquim Viana, matou o posseiro José Praxedes (sobrinho de Eloy), em outubro de 1978. Nunca foi punido por este crime. Embora se declare "motorista" de Paulo Leonardo, é conhecido, na região, como perigoso jagunço. Os posseiros de São Francisco afirmam que foi ele quem fez a cruz de madeira e a imitação de sepultura junto à cerca de Eloy. Acompanhava o patrão quando este abateu o líder sindical. Seu depoimento na polícia foi de tal modo contraditório, que um coronel que os acompanhava disse: "Você só falou bobagens."

Reconstituição



1

A reconstituição do crime,

30



2

feita para a polícia por Paulo Leonardo,



3

reflete as contradições do assassino

a JUSTIÇA



3

Apesar de ter admitido a responsabilidade pela morte de Eloy, no que foi confirmado por sua mulher, Diva Pereira, Paulo Leonardo goza hoje de plena liberdade. O inquérito policial está concluído, mas o ritmo da Justiça não acompanha, nem de perto, o ritmo em que se processa a violência contra sindicalistas e trabalhadores rurais.

“Hoje o Paulo está solto. Ele esteve preso 127 dias e o juiz tinha falado que logo ia ter o júri. O Zé Mendes nunca foi preso, só o Paulo Leonardo. O Zé

32

Mendes só prestou uns depoimentos lá no juiz, mas nada valeu nada. Agora mesmo, há poucos dias, no início de setembro, ele falou com um rapaz que estava vacinando uns cachorros contra a raiva, lá na Serra das Araras. Ele disse o seguinte: “A morte de Eloy quem fez fui eu. O Paulo estava junto comigo, mas eu fui o cabeça. Já matei um, matei ele e vou matar mais. O que eu quero matar primeiro é o Dezinho, mas se encontrar qualquer outro da família na reta, eu já mato porque já matei dois e nunca teve nada. Então vou matar mais.” E eles têm razão de falar isso porque depois de tudo o que eles fizeram, nunca tiveram uma punição, nunca ninguém mexeu com eles, a Justiça sempre é a favor deles. O juiz de Unai, mesmo, eu já estive lá, já prestei três depoimentos lá e por último ele intimou minha mãe para fazer um acordo com o José Ribeiro de Carvalho, que é o patrão do Paulo Leonardo, dono da posse lá. O juiz deu liminar pra eu cortar o meu arame pra dar estrada pra eles passarem pelas nossas terras. Ai eu disse pra ele que eu não dava, não. Ai ele falou: “Olha, se você não dá, daqui a trinta dias eu vou lá e vou abrir sua cerca pra deixar eles passar dentro”. Então, esse é o júri que eles dão pro Paulo Leonardo. Isso é que eles estão fazendo pra nós. O juiz, inclusive, teve oportunidade de conhecer meu pai. Meu pai era uma pessoa muito reconhecida e o apoio que esse juiz de Unai deu pra nós foi esse: de mandar derrubar a nossa cerca. Ainda não foi derrubada porque eu denunciei, os advogados entraram com recurso e então a coisa está parada. Mas ainda é previsto derrubar. E só chegar no juiz e dar uns pinicãozinho nele e ele pode mandar derrubar. Qualquer hora dessa ele pode mandar abrir a nossa cerca e a gente pode não resistir àquilo, assim como também pode chegar lá um desses assassinos e querer cortar a cerca nas vistas da gente e a gente pode dar um anseio e causar um atrito pior”.

(Depoimento de Paulo, filho de Eloy)

33

"Já matei dois e vou matar mais".

Essa frase, de José Mendes, pesa fundo na família de Eloy. Reabre uma ferida antiga, a do assassinato de José Praxedes, e relembra, ainda uma vez, a impunidade do criminoso.

"O Praxedes era um rapaz novo, filho de tio Zuza, irmão de meu pai. Tio Zuza e pai tinham um pedaço de terra devoluta que ficava lá na Fazenda Menino. O Joaquim Viana de Matos é um fazendeiro que tem lá e é muito corrupto. Então ele foi e pagou pra esse Zé Mendes, naquela época 4 mil cruzeiros, em 78, pra matar meu pai ou meu tio Zuza. Então, na época, a gente tava aqui pra São Francisco, meu pai também tava. O Zé Mendes foi lá, na noite, e cortou a cerca de tio Zuza todinha. O menino tava



Paulo, filho de Eloy, discursa num comício pela reforma agrária

com uma vaca presa na manga e a vaca foi e saiu no corte do arame. Ai ele foi discutir com o Zé Mendes pra não cortar o arame. Mas ele cortou o arame. Ai o menino foi e pegou um cavalo e foi na casa do vizinho pegou um arreio pra ir pegar a vaca. Naquilo, o Zé Mendes foi e ficou atrás de um pau. Quando o menino passou, ele atirou nele pelas costas e matou. Depois que ele caiu, ainda deu mais dois tiros nele, à queima-roupa. Ai foi embora e foi pra esse lado de Fabião, que é parte de Januária. Ficou escondido na fazenda do Valdivino Viana, que é pai do Zé Raimundo, que é esse que escondeu o Zé Mendes e o Paulo Leonardo agora nessa época que mataram meu pai. Então, o Zé Mendes ficou lá uns tempos e voltou. Ele voltando, foi lá pra trabalhar com o Paulo Leonardo e aí o Joaquim Viana de Matos e mais o Alvino Mendes de Amorim, que é pai dele, falaram pro Zé Mendes que não, que não era pra matar o menino, que o menino não podia morrer assim não, que era inocente e não tinha culpa. Que era pra matar meu pai ou tio Zuza".

(Depoimento de Paulo, filho de Eloy)

Além do ritmo em que se processa a Justiça, os seus resultados quase nunca satisfazem as necessidades reais dos verdadeiros necessitados de justiça — os trabalhadores.

"Essa questão da violência poderia se resolver, em grande parte, se agilizasse a Justiça; se a Justiça fosse, realmente, justa; se os processos que tramitam pelos cartórios, tanto agrário quanto criminalista, funcionassem, a violência poderia ser evitada. Por exemplo: nós agora temos conhecimento de que os autores da morte de Eloy prometem matar mais alguém da família. Por que? Porque eles estão impunes, porque não houve nada. Eles mataram, já mataram dois da família, e não teve nada. Então, a Justiça já virou brincadeira. Nós não temos uma

Justiça séria que executa, realmente, as pessoas erradas. Então, isso é que dá margem para a violência. Eu não sei por que é que a Justiça é assim. Pode ser que é muito processo, não sei se é isso. Mas acho que não há interesse dos poderes públicos de ter uma Justiça ao alcance de todos, rápida e atualizada e que acompanha a situação. É triste, por exemplo, saber que as denúncias que a gente faz de que tem pistoleiros, de que tem gente armada, chegam na delegacia e o delegado não consegue fazer nada, ninguém consegue fazer nada. E esse pessoal só vê tudo depois que matam um trabalhador rural. Eles só vêm ali pra fazer uma apresentação, no dia da morte. Depois disso, acabou, ninguém toma providências. Quer dizer, não há Justiça. Essa Justiça não satisfaz. Se a Justiça agisse da mesma forma que o trabalhador respeita a Justiça; se os capitalistas e aqueles que fazem uso da violência também respeitassem a Justiça, não haveria tudo isso. Mas só trabalhador é que cumpre a Justiça. Só trabalhador é que tem que ser justo perante a Lei. Os outros, não. Podem ser errados, podem ser ladrões, podem ser criminosos, podem ser assaltantes, não tem nada. Então, isso é que é o desastre. Por isso é que eu acho que se a Justiça fosse igual para todos não ia ter tudo isso, não. O trabalhador não quer nada além do que é justo. Só quer mesmo o justo. Só quer que a Justiça funcione e dê o direito pra quem tem. Nós temos aqui, em São Francisco, inúmeros processos agrários parados. É invasão de posse, é aquela confusão toda. Tudo parado. O processo roda dois, três anos nas comarcas e, quando sai, o trabalhador já desesperou, já mudou até de profissão porque não aguentou esperar...”

(Depoimento de Marcelino,
ex-presidente do Sindicato
dos Trabalhadores Rurais
de São Francisco)

a GRILAGEM



4

BIBLIOTECA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

A partir do início da década de 70, a região Norte de Minas Gerais banhada pelo rio São Francisco — especialmente os municípios de São Francisco e Janaúba — vem sendo objeto de uma série de mudanças econômicas e sociais. Essas mudanças são mais profundas nos últimos 10 anos e dizem respeito às condições de vida e de trabalho da população rural. É por volta do ano de 77 que se acentua a entrada, na região, das empresas de reflorestamento e dos grandes empreendimentos agrícolos. O DNOCS e a Codevasf são os representantes do Estado que, nestes últimos 10 anos, promovem uma série de medidas que hoje, lamentavelmente, se traduzem pelas palavras: invasão, desapropriação e expulsão. Ou, na linguagem simples e mais direta do trabalhador rural: **grilagem.**



As consequências mais imediatas desse processo de expansão do capitalismo no campo são as seguintes: concentração da terra; substituição de área de plantio por reflorestamento e/ou gado; limitação de área de criação de gado de pequenos proprietários pelas cercas das grandes empresas; e o êxodo rural.

A luta contra esse processo irracional de desenvolvimento econômico é a luta dos posseiros. É a luta do sindicalismo. É a luta de Eloy.

Em 1982, a Secretaria de Saúde elaborou um documento sobre a situação de saúde no meio rural. A área pesquisada abrangeu dois municípios da região Norte do Estado: São Francisco e Janaúba. Eloy Ferreira da Silva, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco, foi um dos entrevistados.

O trabalho foi elaborado por Beatriz Resende Marinho, Conceição Maria do Socorro Avila, José Francisco da Silva, Lúcia Alvim Domingues e Victor Hugo de Melo. A professora que orientou o trabalho foi Terezinha Berenice de Sousa Van Stralen.

Por respeito às pessoas que produziram esse trabalho, citaremos, sempre que utilizarmos declarações feitas por Eloy, o registro: "Entrevista de Eloy, 1982, Documento sobre saúde na região Norte".

"Eu vim lá de Goiás com oito anos de idade. Conheço fundo o sofrimento do meu povo. Hoje tem uma grande diferença para aquela época que eu vim. Anteriormente, tinha mais produção, não havia usura por terra. Hoje o pobre foi expulso das terras e a terra ficou nas mãos de poucos. Naquela época, quem tinha terra não importava dos outros plantar. Não tinha grileiro. O posseiro criava gado, mas com a lei, que ele não esperava, não cercou área maior. Aí veio o grileiro e ele vendeu e agora não tem mais onde por o gado. De 50 até 63, a mamona era de grande plantação. Os pequenos proprietários plantavam pouco e rendia muito. Hoje não tem 1/3 de propriedade em relação ao passado. A concentração foi tomando conta e os posseiros continuaram sem jeito de vida. Eu morava num canto onde tinha água e plantava mais distante. Com a grilagem, que encontrou o posseiro despreparado, só foi considerado como posse e área de cultura a região onde ficava a casa. O grande fazendeiro, por seu lado, plantava muita mamona, produzia farinha e cuidava da pecuária. O gado era superior e de mais importância.

O posseiro vendia lá na roça para os pequenos comerciantes de lá mesmo. Vendia mais barato por causa do frete. Mas também vendia na cidade: transportava no carro de boi, que aguentava até 30 quarta de mantimentos, ou juntava vários trabalhadores e contratavam um caminhão. Na beirada do rio São Francisco tinha um malhador de boi — era uma beleza ver aquele tanto de carro, lugar onde os bois ficavam descansando para depois voltar para a roça. Até 10 léguas, gastava oito dias de viagem: quatro para cá e quatro para lá. Com o dinheiro da produção, comprava o tecido, sal e outras coisas e ainda voltava com dinheiro. Uma parte da comercialização era feita lá na roça mesmo. Era esse dinheiro que segurava até esperar a maior colheita. Depois, os comerciantes lá da roça vendiam, com o preço maior na cidade, para os grandes fazendeiros. Tinha gente que ia lá na roça comprar a produção.

A alimentação hoje está como a renda. A renda maior, alimentação melhor; renda menor, alimentação pouca. Antes, só de caça e pesca dava para viver. Pescaria, hoje, é só dos grandes. A política florestal, hoje, prende os pequenos que pescam ou caçam. Estão oficializando a pesca. A fruta e o pequi, também, as reflorestadoras cortaram tudo”.

Entrevista de Eloy, 1982,
Documento sobre saúde
na região Norte

A partir de 1974, representantes do DNOCS chegaram à região de Janaúba e disseram que iam resolver o problema da seca, que era então muito grave. Diziam que ia ser feita uma barragem e as coisas iam melhorar para o lado dos trabalhadores rurais. Aconteceu o contrário: os trabalhadores seriam beneficiados foram expulsos — foram desapropriados mais de 8 mil hectares de terra. É o que contam seu João, presidente do Sindicato de Janaúba, e Marcelino, ex-presidente do Sindicato de São Francisco.

“Houve a desapropriação da margem direita do rio Gorutuba, onde mais de 400 propriedade foi desapropriada e vivia mais de 2 mil família...”

(Seu João, entrevista para
o Documento sobre saúde
na região Norte)

“A margem direita, eu vou te explicar. Porque a margem direita do rio, ela sendo considerada onde tem mais terra de cultura, onde tem maior número de terra de cultura é na margem direita, onde só tem terra boa. Então ela foi tomada, de muito tempo ela foi tomada da mão dos pequenos. Então, as grandes fazendas, a maioria das fazendas grandes ficam na margem direita, certo?... Só pra completar: as terras de cultura, no passado, foi grilada por fazendeiro, há muito tempo. Mas as terras que tava sobrando pros trabalhadores, que eram terras fracas, que não valiam nada, atualmente está sendo griladas por interesse de reflorestamento”.

(Entrevista de Marcelino,
Documento sobre saúde
na região Norte)

Ainda com base nas entrevistas colhidas para o documento sobre saúde, em 82, pode-se perceber claramente como se foi agravando o processo de grilagem. E, por outro lado, como foi mudando a relação entre o trabalhador e o patrão — os fazendeiros tradicionais, de antigamente, agora substituídos por grandes empreendimentos de reflorestamento ou agropecuários.

“Antes, na época da colheita, uns ajudava os outros. Tinha também o jornaleiro, que é hoje o bóia-fria. O jornaleiro tinha posse, também, mas pequena. Recebia pagamento, ganhava em dinheiro pelo trabalho na terra de outro, pois a sua renda era pequena. Trabalhava também na feitura de tijolo e telha. Tinha também o esquema de mutirão. Trinta homens juntava numa roça e num dia roçava. Cada um levava uma coisa – feijão, rapadura, arroz. Combinavam entre si para onde é que iam roçar naquele dia; e no outro dia, outra roça. Hoje isso tá sumindo. O que se vê hoje é falta de terra. Fazer mutirão onde? Antes, fazia isso na plantação e na colheita. Tinha mais gente e mais perto uns dos outros. Hoje tem muita gente pra São Paulo. Antes, emprestava a força de um para o outro, não entrava dinheiro. Na Serra, nos anos 30/40, não tinha arrendatário. Ninguém cobrava pela terra. Trabalhava pra fazendeiro e era agregado do patrão e também pra si ao mesmo tempo. O trabalhador foi levado pela boa fé.”

Na Serra das Araras, as terras eram da Igreja, era do santo. Viviam lá muitos posseiros. A empresa chegou e pôs os posseiros pra fora e tá tudo espalhado. São seis empresas ao todo. As terras que elas ocupam é uma extensão muito grande – não sei dizer a quantidade certa de quantos alqueires que é. Na Serra tinha também muita terra da União. A Rurálmimas veio e passou para os gaúchos. Acreditado que as terras não são deles. Outro dia eles queriam encostrar os tratores e ir embora, mas o banco perdoou parte da cota e eles voltaram.

Em 74/75 foi chegando o pessoal comprando terra dos posseiros até por 400 cruzeiros o alqueire. Quando deram fé, eles já tinham chegado e tavam tomando conta de tudo, da área toda. Compravam pouca terra e cercavam muito mais, com outras pessoas que não tinham vendido a propriedade. Vinha o grileiro e comprava um pedaço de terra do posseiro. Cercava uma área maior, onde tinha outros posseiros que não tinham vendido a sua propriedade. Com isso,

expulsaram eles, com a alegação de que tinham comprado e cercado aquela área. O dr. Afrânio teve um conflito com o senhor da Minas Seiva. Eles queria passar trator na casa do posseiro, dizendo que ele não era mais dono da terra. Aí fizeram acordo e tiraram mil hectares para os posseiros. Compraram de poucos e ficaram com o de muitos, enganando e prometendo muito para o camponês. Aproveitaram da bondade e da boa fé do camponês”.

(Entrevista de Eloy, 1982,
Documento sobre saúde
na região Norte)

“Eu acho que a razão da violência aqui, na nossa região, é fruto do capitalismo. A ganância de terra nessa região nossa está muito forte. A gente acha que o próprio Incra, a Agrôminas parece que deixa que isso aconteça. Pra mim, isso tudo seria um problema muito fácil de resolver se houvesse interesse do poder público. Se as autoridades dessem ouvido quando os sindicatos apelam e apresentam denúncias, se os órgãos competentes dessem ouvido, eu acho que a coisa não chegaria a esse ponto. O que eu tô vendo aí é a impunidade.

Aqui, na região nossa, nós temos dois tipos de patrão: tem o fazendeiro, que hoje não representa mais muita coisa, não. Eles são ignorantes em tudo, são ignorantes das leis agrárias, ignorantes das leis trabalhistas, são ignorantes. Agora, o maior perigo que nós estamos tendo é as grandes empresas que estão chegando a esta região. Essas grandes empresas pagam um salário, mais ou menos, mas não tem higiene de trabalho, não tem segurança, há muitos desastres com bóias-frias. O trabalhador ganha em torno de 300 mil cruzeiros, mas aí tem os descontos da cantina. Hoje, a maioria dos trabalhadores sem

terra está trabalhando para as grandes reflorestadoras. Os fazendeiros estão absorvendo muito pouca mão-de-obra. Hoje se fala muito é em reflorestamento e carvoeira. Então, o número de bóia-fria aqui é muito grande e essas grandes firma é que estão absorvendo a mão-de-obra”.

(Entrevista de Marcelino,
em 14/09/85, a Jô Amado)

“Agora, estes 8 mil hectare que desapropriou, quase todo ele está em mãos de fazendeiro e empresas, tornou-se latifúndio. Até o próprio prefeito daqui tem uma área de 200 e poucos hectares. Essa terra tá reduzida em pouco mais de 25 propriedades, considerada latifúndio porque quase todos eles têm grandes fazendas, inclusive tem a “Donavisa” (?), que tem uma área de 1.500 hectares.

O gado, com essa desapropriação da barragem, quase todos, a maioria dos pequeno proprietário que foram desapropriados, criavam cinco, uma, duas, dez, trinta, cinquenta vacas. Teve o Edson Ribeiro, que foi desapropriado, que criava 50, 70 vacas. Quase todos eles não tem mais uma vaca sua. Todos perderam o direito de criar. Reduziu. O pequeno desapareceu, ficou só na mão dos grandes. Os grande é que tem mais direito. Daí porque em quase todos os lugar da região aqui no Norte de Minas o grande é que tem acesso ao crédito, o grande é que tem condição de comprar fazenda financiada. Então, todas as águas, você sabe, correm pros rios grandes, apesar dos pequeno que alimenta os grandes. Mas é sempre os pequeno que fica esgotados, que tá secando”.

(Entrevista com João, presidente
do sindicato de Janaúba, Documento
sobre saúde da região Norte, 1982)

Esse processo de concentração de terras atinge de forma brutal o lavrador. Aquele que antes trabalhava a sua terra, tinha a sua lavoura e produzia, para si e para a sua família, o suficiente para viver, é agora forçado a trabalhar naquela mesma terra, porém na condição de assalariado, bóia-fria ou biscoiteiro. Ou seja: além do empobrecimento do trabalhador rural pela tomada da sua terra, há ainda o empobrecimento material, pela falta de dinheiro para comprar comida.

“Aquele trecho que planta cereais, lavoura, ainda dá muita mão-de-obra, mas mesmo assim diminuiu porque o problema de matar o mato com veneno diminui muito a capina. Mas, com tudo isto, ainda dá muita mão-de-obra para o trabalhador rural. Faz o dr. Roberto dizer que o projeto Gorutuba tá com a mão-de-obra hoje dando serviço a mais de 2 mil. Mas é justamente por isto: porque os pequenos produtor reduziu em latifúndio, essas grandes empresa e os grande fazendeiro é que estão plantando. Agora eles, os fazendeiro, não trabalham lá. Quem tá indo trabalhar nas terra são aquelas mesmas pessoas que foram desapropriadas”.

(Entrevista de seu João, de Janaúba,
Documento sobre saúde na Região Norte, 1982)

“O trabalhador rural tem que abandonar. Na hora que eles abandonam lá, vêm pra cidade. Na cidade, eles não têm condição de viver porque ele nasceu e criou lá, naquele lugar dele. Se ele muda de lá com quatro, cinco filhos, o que é que ele faz na cidade? Quer dizer: ele vai morrer de fome, ou pedir esmola ou furtar, né?”

(Entrevista de Marcelino,
de São Francisco, Documento
sobre saúde na região Norte, 1982)

Em sua luta incansável contra grileiros e latifundiários, Eloy teve como principal alvo Antônio Luciano Pereira Filho que, segundo reportagem feita em 1984 pela revista *Veja*, possui um império de 256 fazendas, nos Estados de Minas, Goiás e Mato Grosso, ocupando uma extensão de 4 milhões de hectares de terra, além de dezenas de milhares de lotes e prédios urbanos apenas na região de Belo Horizonte. Tido como um dos homens mais ricos do País, Luciano, segundo a revista, possui uma fazenda na região Norte de Minas que se estende por mais de 250 quilômetros. Embora dificilmente comprovável, pois significaria um levantamento em cartório por cartório, município por município, consta que existe documentação legal demonstrando que Luciano possui pouco menos de 100% das terras de vários municípios de Minas Gerais.

Duas correspondências enviadas ao deputado João Batista dos Mares Guia — a primeira, de 8 de setembro de 1982, feita pela Fetaemg a partir de uma denúncia de Eloy, e a segunda de autoria do próprio Eloy, com data de 24 de setembro de 1983 — são suficientes para dar uma pequena idéia de Luciano, o maior grileiro de terras de Minas Gerais.

“A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais — Fetaemg, vem denunciar as pressões sofridas pelos posseiros da Fazenda Vereda Grande, município de São Francisco, e exigir das autoridades competentes uma solução urgente aos problemas atualmente enfrentados pelos trabalhadores.

De acordo com depoimento dos próprios posseiros, eles estão sendo pressionados pelo latifundiário Antônio Luciano a abandonar suas terras, conforme pode ser constatado pelos dados apresentados a seguir:

1º) A Fazenda Vereda Grande ocupa uma área de 3.000 alqueires na margem esquerda do rio Urucuia, município de São Francisco. Encontram-se

nas terras em média 70 famílias de posseiros, alguns dos quais lá chegaram há mais de 50 anos.

2º) Os posseiros sempre exploraram as terras com lavouras de subsistência, sem sofrer qualquer tipo de restrição, nunca sendo molestados pelos proprietários das fazendas vizinhas.

3º) Sua tranquilidade começou a ser perturbada com a chegada na região de Antônio Luciano, que comprou terras ao redor da Fazenda Vereda Grande, entre elas a Fazenda Santo Inácio e a Fazenda Paulista.

As pressões sobre os posseiros começaram com o cercamento da área por eles ocupada e com as tentativas de fazê-los abandonar a área.

4º) Antônio Luciano tentou, em vão, comprar-lhes as terras. Pressionou o posseiro Expedito a sair da área, onde passou a construir um porto fluvial. Com o apoio dos companheiros, Expedito resistiu às pressões, permanecendo nas terras.

5º) Há vinte dias, Antônio Luciano invadiu as terras dos trabalhadores com máquinas, para construir um canal, com o propósito de alterar o curso do rio Urucuia. Com esta medida, pretende isolar 06 famílias de posseiros dos demais membros da comunidade.

6º) O Delegado de Polícia local, a pedido dos posseiros, sustou a obra, cuja continuidade passou a depender de autorização escrita do juiz.

7º) Apesar de não ter conseguido autorização legal, Antônio Luciano deu continuidade aos trabalhos, enviando ao posseiro Cipriano Maria de Jesus uma intimação da Polícia Florestal para prestar depoimento sobre o desmatamento ilegal da área.

O que estranhou a todos foi a contradição envolvendo os fatos. Os posseiros derrubam parcelas mínimas de mato para plantar lavouras de subsistência. A área, depois de breve ocupação, é abandonada para recuperar sua fertilidade natural. Essa forma de

uso do solo tem preservado o equilíbrio ecológico na região. Os posseiros, no entanto, são acusados de atividade ilegal e predatória.

Antônio Luciano, por sua vez, entrou com máquinas nas terras dos posseiros, está devastando as matas e alterando o curso do rio Urucuiá. O latifundiário permanece impune e acobertado pela omissão das autoridades locais.

O que chama a atenção de todos, particularmente no Movimento Sindical, é o objetivo claro de expulsar os posseiros das terras, e que neste sentido, ao latifundiário, todo os recursos sejam válidos.

A Fetaeng, solidária com os posseiros, e empenhada, de forma incondicional, na defesa de seus direitos, denuncia com veemência as pressões por eles sofridas e apela às autoridades competentes para fazer justiça aos trabalhadores.

Que sejam coibidos os abusos do latifundiário Antônio Luciano e asseguradas aos posseiros suas terras e segurança, para nelas continuarem a reproduzir, livremente, como pequenos produtores”.

“DD. Companheiro,

É com muita satisfação que tomei a liberdade de sempre estar tendo comunicação com V. Exa., e também de que é participante desta causa dos menos favorecidos e abandonados e injustiçados, que parece não ser da geração humana, que tem 161 anos que foi libertados e ainda continua escravos. Então, tenho esta para levar ao seu conhecimento as arbitrariedades cometidas contra os posseiros da Fazenda Vereda Grande – Urucuiá, que há 6 anos vêm sofrendo as maiores consequências cometidas pelo indigitado Antônio Luciano, com o apoio da justiça local. Este homem cruel já tentou de todos os meios violentos, expulsar 98 famílias, que parte delas com 60 anos que vive naquelas terras.

Como segue:

1. Agora, no dia 6 de setembro de 1983, entrou com uma ação de despejo, não conseguindo porque nós entramos com recurso. Ele então usou a Polícia Florestal com uma arma devoradora: já multou 19 trabalhadores e continua multando o resto. Enquanto isto, as firmas desmatam toda a floresta, acabando com os pequizeiros e a própria natureza. Os ricos pegam o peixe e não é observado; pobre, para pegar peixe, é escondido, como se estivesse roubando.

Dr. Deputado, peça a colaboração de V. Exa. neste sentido, para que, junto ao governador do estado, seja tomada uma medida imediata, senão estamos com a fome em nossas portas, como se encontram os nossos irmãos do Nordeste, em consequência da seca. Nós, mineiros, em consequência dos latifundiários, através da polícia florestal, que estão acabando com o resto da agricultura. V. Exa. é sabedora que o pequeno proprietário e os posseiros são os responsáveis pela alimentação do país e por esta consequência a terra acabou. Para exemplo está aí o crescimento das favelas e o esvaziamento do campo e o aumento do bóia-fria no caminho das reflorestadoras, que também é responsável por este desrespeito, inclusive a expulsão dos posseiros, a prostituição e a diminuição da agricultura, que provavelmente perdeu 80%.

2. Dr. Deputado, também para que V. Exa. possa exigir do governador Tancredo Neves a fiscalização das terras devolutas que estão por dentro das cercas dos fazendeiros, para que sejam assentados os trabalhadores sem terra que se acham nas favelas ou como bóias-frias.

3. Também exigir do governador uma fiscalização sobre a prefeitura de São Francisco, que está pagando aos trabalhadores Cr\$ 6.000,00 por quinzena, conforme já foi denunciado no sindicato que estão passando fome.

4. Também fiscalização no Hospital local sobre o atendimento médico, que só atende 16 pessoas por

dia, sendo que os pacientes fazem até 10 viagens de 90 quilômetros e não são atendidos. Os que são atendidos, não tem remédio e eles não podem comprar.

(Eloy Ferreira da Silva)

Dez anos após o início desse processo violento de expansão do capitalismo no campo, que, entre outras consequências desastrosas, trouxe consigo a figura do **grileiro**, o quadro é sombrio e os números, assustadores: apenas no ano de 1985, 16 trabalhadores rurais foram assassinados; os conflitos de terra, no Estado de Minas, sobem hoje a quase uma centena, envolvendo mais de 9 mil famílias. E a violência continua impune.



Eloy e o jornalista Paulo Lott, hoje delegado do Trabalho

as IDÉIAS



Filho de lavrador, veio de Goiás, onde nasceu, para a Serra das Araras, com oito anos de idade. Como qualquer lavrador filho de lavrador, batalhou muitos anos antes de ter a esperança de ter para si e para sua família um pedaço de terra. Em 73, com 43 anos de idade e 20 de casado, Eloy conseguiu dar entrada, em dinheiro, para a compra de uma posse de 42 alqueires, dentro da Fazenda Menino.

Naquela época, Eloy não poderia adivinhar que a compra dessa terra iria transformar, como transformou, a sua vida, o seu trabalho, a sua luta. Porque

para ele, a coisa seria simples: uma pessoa compra uma terra, paga e recebe a escritura. Só que não foi isso que aconteceu, como conta o seu filho Paulo: "Na compra da terra, ele pagou uma parte antes de receber o documento. Mas quando foi receber o documento, eles já não quiseram dar. O Alvino (Alvino Mendes de Amorim, dono de uma posse que fazia divisa com a de Eloy) estava dando mais dinheiro por cima e colocou o Francisco Lopes, um capanga dele, para fazer casa e colocar arame dentro da posse de pai..."

Eloy não podia se conformar com isso. Tinha mais de trinta anos que ele trabalhava a terra de sol a sol. No dia em que teve dinheiro para ter um pedaço de terra para si, começou a perceber de maneira mais clara como atuam os grileiros de terra. E se revoltou.

Começaram, então, suas viagens à cidade de São Francisco. Ao fórum de São Francisco, onde esperava que a Justiça reconhecesse o direito que ele tinha aos 42 alqueires de terra na Serra das Araras. Duraram anos, essas viagens. Até que um dia, quando estava no fórum conversando com um homem com quem fizera amizade, o sr. Viana, este lhe sugeriu que procurasse o sindicato.

"Ele chegou no sindicato apresentado por um amigo dele. Apareceu aqui com problemas agrários. Estava com uma questão na Justiça e esse amigo dele falou que o sindicato dava assistência jurídica gratuita ao trabalhador rural. Foi assim que a gente conheceu o Eloy. Logo depois, a gente tomou conhecimento de problemas com posseiros lá na Serra das Araras, na região onde o Eloy tinha a sua terra. E fomos lá realizar uma primeira reunião. Foi no mês de junho, mas não lembro direito o dia. Nós já estávamos com a idéia de fazer uma delegacia sindical. Aí, numa outra reunião, depois, fomos pra lá, fizemos a votação e o Eloy ganhou. Foi o primeiro delegado sindical naquela região. E foi um dos delegados mais

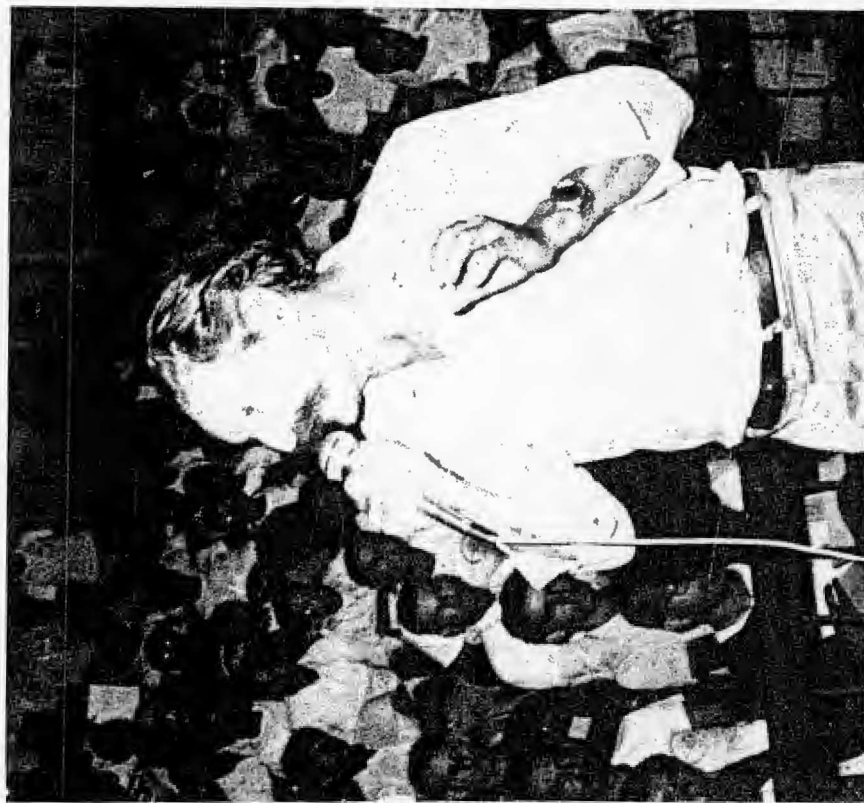
forte e atuante que o movimento sindical já teve. Logo em seguida, quando terminava o meu mandato, ele encabeçou uma chapa, chapa única, e foi eleito presidente. Depois ainda foi eleito para um segundo mandato."

(Marcelino, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco)

A luta de Eloy já deixava de ser a luta de um homem só, injustiçado. A luta pelo direito à sua terra — que comprara e não conseguia um documento que comprovasse — não era mais uma luta individual. Eloy descobria a importância de um instrumento que permite lutar pelo direito de todos os trabalhadores enganados, injustiçados, roubados: o sindicato. Começa então a grande luta de Eloy pelo fortalecimento do movimento sindical. Ele saía pregando junto a todos os trabalhadores, um por um, sobre a necessidade de se unirem para que todos saíssem ganhando. Um exemplo claro dessa consciência de Eloy está no discurso que ele fez, em dezembro de 1980, por ocasião da fundação do sindicato em Buritizeiro, que ele ajudou a criar:

"O sindicato, companheiros, é uma luta difícil. Sindicato não é sede, não é governo e nem ninguém. Sindicato são os próprios trabalhadores porque se eles fugirem, então não tem sindicato. O sindicato são eles, e quanto mais chegam no sindicato, mais o sindicato vence. Se nós todos, trabalhadores, não unimos, não podemos vencer esta grande batalha que estamos enfrentando. Então, eu digo assim que se eu for contar para os senhores como foi o meu passado, é capaz que tem gente aí que até chora porque a minha região é uma região muito massacrada.

a GUERRA OCULTA

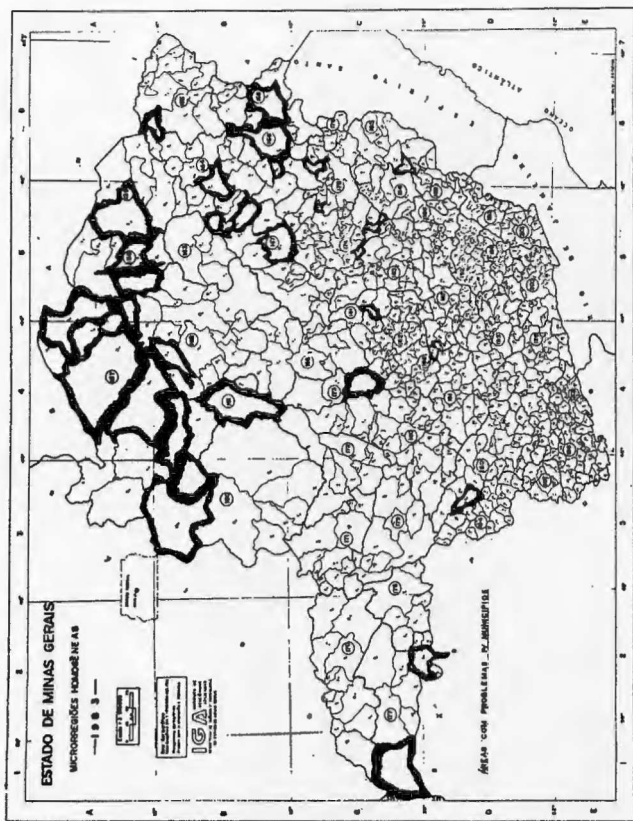


Eloy faz o discurso de encerramento do 1.º Congresso

A história é essa.

É a história das idéias de Eloy e da violência com que grileiros e latifundiários expulsam de suas terras posseiros e pequenos proprietários.

Mas a gente fica pensando: afinal, será que o Eloy foi assassinado pelo fazendeiro Paulo Leonardo por causa daquela briga em torno de quem tinha o direito de colocar uma cerca? Ou será que o Paulo Leonardo matou Eloy a mando de algum grande latifundiário? Será que Eloy foi morto por defender um direito seu, na sua posse? Ou foi morto porque a



sua liderança já incomodava demais os grandes latifundiários? Será que a luta de Eloy era dele, sozinho, ou era uma luta de muitos?

A história está contada, mas sempre é importante pensar sobre as causas das histórias; sempre há razões que explicam por que as coisas acontecem.

A luta de Eloy é a luta pela terra. Uma luta em que se opõem, de um lado, uma imensa multidão de trabalhadores pobres, oprimidos, desempregados, brigando pelo direito ao trabalho, pelo direito a um pedaço de terra; de outro lado, uma pequeníssima minoria de poderosos, de ricos, que detêm em suas mãos a grande maioria das terras de cultura. A luta de Eloy não é só dele, e sim de milhões de brasileiros explorados. É a luta pela reforma agrária, a luta por uma sociedade mais justa, em que o trabalhador tenha direito a ser gente. Direito à saúde, à educação. Direito à vida.

No Brasil de hoje, a luta pela terra toma proporções de uma guerra civil subterrânea. Nas grandes cidades, ninguém — ou quase ninguém — conhece a dimensão real dessa trágica guerra. Os jornais, por sua vez, pouco ou nada noticiam a respeito dessa escalada da violência no campo. E quando noticiam, limitam-se a relatar o fato, fora do seu contexto social — uma rixa, uma briga antiga... ou apenas uma briga por causa de uma cerca.

No Brasil de hoje, qualquer trabalhador que seja dirigente de um sindicato rural tem que ter consciência plena de que sua vida está por um fio. Eloy tinha. Cansou de falar nisso. E depois dele, somente no ano de 1985, dezesseis trabalhadores rurais foram assassinados em Minas Gerais (e centenas, por esse Brasil afora). O próprio Eloy dizia: “Vamos trabalhar junto porque é preciso aprender e eu não sou eterno. Eu vou morrer, posso faltar, e vocês vão ter que aprender a trabalhar todo mundo junto.”

É assim que os trabalhadores fazem a história.

Fotolito e impressão: SEGRAC

Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária
Rua Aquiles Lobo, 531 - Floresta - Belo Horizonte - /MG

Tel.: (031) 222 8800 - 222 8545